

JANEIRO A JUNHO DE 2014

ANO 14 - Nº 44

# PUC *viva*

[WWW.APROPUCSP.ORG.BR](http://WWW.APROPUCSP.ORG.BR)

## 50 anos do Golpe Militar Brasileiro

ISSN 1806-3667



## 50 anos da ditadura militar no Brasil

A Revista *PUCviva* debate, neste número, os 50 anos do golpe militar e da instauração da ditadura imposta em 1 de abril de 1964, nos marcos das (des)comemorações de norte a sul do país, na memória dos anos de “chumbo”, de arbítrio, de repressão, de torturas, assassinatos, exílios forçados e na direção da punição aos mandantes e responsáveis que torturaram e exterminaram centenas de militantes. Procura, sobretudo, recuperar a trajetória de lutas de resistência da classe trabalhadora contra a ditadura, contra o capitalismo, contra o imperialismo, na perspectiva da emancipação humana.

São apresentados 11 artigos, escritos por professores e estudantes da PUC-SP e de outras universidades do país, por intelectuais e por militantes de partidos e organizações de esquerda que nos conduzem a debates e polêmicas, voltados a diversos ângulos analíticos, de caráter geral, como também dos movimentos sociais no combate à ditadura militar no processo da luta de classes.

A ideia inicial deste Editorial era a de apresentar o significado da Revista no que se refere à ditadura militar por recuperar o direito à memória, à história e à verdade. Motivada pela instigante leitura, optei por realizar uma resenha dos artigos, posto que recuperam a trajetória da ditadura militar, seu significado, o necessário combate aos violentos “anos de chumbo” e a punição ainda a ser feita aos torturadores e mandantes.

A coletânea abre com um artigo referente ao ciclo das ditaduras militares na América do Sul, entre os anos 1960 e 1980, com brutais repressões, milhares de desaparecidos, assassinatos em diversos países, sendo que em todo o continente latino-americano o exército aparece como a única força organizada mediante o arbítrio e a repressão. A militarização dos regimes latino-americanos é fruto de uma estratégia continental alinhada à política exterior de intervenção dos Estados Unidos sob a hegemonia imperialista apoiada na Doutrina de Segurança Nacional. O texto trata, em um primeiro momento, das insurreições sociais e nacionais, notadamente na Bolívia em 1952, em Cuba em 1959, com a revolução que destrói o Exército de Fulgêncio Batista, e na luta da Nicarágua, com a liquidação da guarda nacional “somozista”. Analisa ainda as ditaduras “caudilhistas” dos anos 1930 e 1940 e as que denomina de “institucionais”, que se expressam mais claramente para enfrentar a situação de tipo revolucionário e apresentam, apesar das diferenças, pontos comuns manifestos na “falência ou crise aguda dos regimes e partidos políticos tradicionais; militarização da vida política e social em geral, dissolução das instituições representativas” (Coggiolla).

Um segundo texto, de caráter geral, apresenta um balanço histórico dos 50 anos do golpe militar no Brasil e destaca que o país, entre 1961 e 1964, encontrava-se em uma fase pré-revolucionária em que “ou o proletariado apoiado na maioria oprimida tomava o poder das mãos de João Goulart, implantando o governo operário e camponês, ou a fração burguesa e militar pró-oligárquica e pró-imperialista o fazia por meio de um golpe” (Oliveira). Nesse sentido, afirma que a burguesia recorre às Forças Armadas para acabar com um governo constitucional que expressava a via nacionalista do desenvolvimento capitalista atrasado. Discute o papel e faz a crítica ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, por sua política estratégica estalinista que pressupõe a definição da “revolução por etapas (a democrática depois a socialista)”; que “o proletariado deveria apoiar os governos burgueses progressistas”; que “o nacionalismo é necessariamente anti-imperialista”; que “a burguesia industrial é progressista”, o que define sua política de colaboração de classes. Considera que as medidas nacionais devam ser defendidas e recusados os ataques imperialistas, mas sem apoiar o governo burguês-nacionalista. Conclui reafirmando que “somente o proletariado é a classe “capaz de lutar por um programa de realizações democráticas e anti-imperialistas como parte da revolução social” (Oliveira).

Um terceiro artigo caracteriza o golpe como burgo-militar de caráter bonapartista, que tem por alicerce o aparato repressivo com prisões, torturas, assassinatos, perseguições, desaparecimentos e se utiliza de Atos Institucionais que legalizam o arbítrio instaurado. A perseguição política é seguida do aniquilamento e proibição das entidades estudantis livres. A instalação do SNI – Serviço Nacional de Informação, as demissões e afastamentos de militantes de seus postos de trabalho, o desaparecimento constante de lutadores vão conformando os “anos de chumbo” da ditadura militar, que se estendem por 21 anos. Faz uma autocritica do PCB nesse período, por expressar como política estratégica uma frente policlassista; ação politicista e economicista; perseverança nacional desenvolvimentista; etapa nacional democrática com via pacífica à revolução brasileira, “nada mais ilusório”, o que levou o PCB a um desgaste “na longa transição para a democracia formal” (Pinheiro).

O papel adesista da grande imprensa – os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* (particularmente aqui tratados), a Organização Globo, a TV Record, o *Jornal do Brasil* – com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Ipês e com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – Ibad, a serviço do poder de classes e de sustentação do golpe militar – constitui matéria do quarto artigo. Essa relação desenvolveu uma forte campanha política e ideológica, apoio financeiro e material às mobilizações



contra o governo Jango, farto material propagandístico referente à “ameaça vermelha”, em uma investida anticomunista que se propagava pelos meios de comunicação em sustentação ao golpe militar, embora as pesquisas de opinião pública expressassem, majoritariamente, o apoio às reformas de base e à reforma agrária, na direção oposta do que era divulgado pelos meios de comunicação. O artigo ilustra com notícias desses dois jornais, no processo de 21 anos de ditadura, como a imprensa deu sustentação ao poder e à ação militar oriundos do golpe de 1964 (Dias).

Ainda na direção da sustentação do golpe e do regime de exceção, outro artigo trata da pesquisa referente à relação entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp e a ditadura militar. Demonstra a colaboração do empresariado em várias frentes: financeira, com cessão de equipamentos (como veículos, combustível) para o patrocínio das torturas; de informação, com a delação de nomes de trabalhadores militantes para as forças da repressão e extermínio como a Operação Bandeirantes – Oban e o Departamento de Operação e Informações e Operação de Defesas Internas – DOI-Codi. A estreita relação entre o empresariado e a ditadura se expressa, entre outros, além da Fiesp, com a Associação Comercial, Ultragas e toda a rede Ultra, a rede Globo e sistema geral de telecomunicações, empresários ligados à construção civil, à indústria pesada e ao sistema bancário. A luta contra a ditadura e seus entulhos no momento contemporâneo significa rever a Lei restrita da Anistia de 1979 e punir com a prisão os torturadores e mandantes que exterminaram centenas de lutadores, bem como lutar “por um Brasil justo e igualitário para que não haja mais Amarildos, Cláudias e tantos outros” assassinatos de jovens negros e pobres nas periferias e morros dos grandes centros urbanos por uma polícia que traz em seu âmago e constituição “a herança dos ‘anos de chumbo’” (Misleh).

“O golpe contra a democracia e as reformas é um artigo, como diz seu título, que faz uma análise do golpe militar de 1964 e reafirma a necessidade de se realizar um amplo debate e aprofundamento do significado do golpe e tirar consequências para que os arquivos das Forças Armadas estejam a serviço da sociedade brasileira. Esses estudos, análises e denúncias ainda são insuficientes mediante a gravidade do que experimentou o Brasil na ditadura militar no país. Portanto, essa história não pode cair no esquecimento ou ser secundarizada e os setores democráticos e populares devem, sim, ir a fundo no que diz respeito às barbáries cometidas pela ditadura. Reafirma a importância da Comissão da Verdade e apresenta uma série de indagações referentes aos arquivos das Forças Armadas e sua disponibilidade à sociedade brasileira; à necessidade da apuração de quem foram os responsáveis pelo golpe militar de 1964 e pela montagem do aparelho repressivo da ditadura militar; à participação e sustentação da ditadura por industriais, banqueiros, meios de comunicação, multinacionais, entidades da sociedade civil (religiosas e culturais) e agências internacionais diretamente envolvidas com a ditadura militar. A revisão da restrita Lei da Anistia, a ampla divulgação do Relatório da Comissão da Verdade e as medidas necessárias à punição dos crimes e arbítrios cometidos pelos setores das Forças Armadas com torturas, mortes, desaparecimentos, assassinatos são centrais para “o direito à memória e o direito à verdade” (Toledo).

Esses primeiros artigos, que se referem ao caráter geral do golpe, são seguidos por artigos que se direcionam a movimentos específicos na luta contra a ditadura: dois sobre o movimento estudantil, um sobre 1968, o ano das grandes mobilizações, outro sobre a reorganização do movimento estudantil na luta pela democratização do país; outro abordando a luta feminista e a luta dos homossexuais na ditadura militar e, por último, um artigo do Cedec da PUC-SP que explicita a importância dos centros de documentação como um instrumento para a Memória e a Verdade.

O primeiro artigo relativo ao movimento estudantil analisa o ano de 1968, emblemático pelas grandes mobilizações na luta contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo na perspectiva da revolução social. Explicita as lutas específicas do movimento estudantil contra o Acordo MEC-Usaid que previa uma reforma universitária ideologicamente centrada na ideologia imperialista norte-americana, na luta contra o Decreto nº 477, que expulsava professores(as) e estudantes militantes das universidades, contra a Lei Suplicy de Lacerda, que proibia a organização livre estudantil. O texto se detém ainda na luta dos estudantes do curso de Serviço Social da PUC-SP inserido na luta mais geral e, em particular, no movimento estudantil da PUC-SP. O movimento estudantil sai às ruas em março de 1968, quando o estudante Edson Luiz é assassinado na Guanabara; a seguir é realizada a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro. Os estudantes se manifestam em solidariedade às greves operárias de Contagem e de Osasco, contra o arrocho salarial e pela recomposição das perdas salariais. A relação do movimento estudantil com os movimentos culturais de contestação no período se estabelece de forma intensa e permanente. São enfatizadas a luta na Rua Maria Antônia contra os ataques do CCC, a organização do XXX Congresso da UNE, a prisão dos 1.000 estudantes participantes e a luta de resistência na PUC-SP, no final da década de 1970 (Abramides).

O segundo artigo referente ao movimento estudantil resgata o período de reorganização da UNE a partir das mobilizações em 1975, que estava esfacelada desde o desaparecimento de seu último presidente, Honestino Guimarães, em 1973. Recupera o período de 1974 a 1985 na retomada das grandes mobilizações do país, na luta pela democratização, e reafirma o pacto “pelo alto” das elites que passa por cima da luta pelas Diretas-Já e que, em 1979, aprova uma Lei da Anistia restrita. Apresenta ainda



as principais tendências de esquerda no interior do movimento estudantil, como PCB, PCdoB, MR8, organizações trotskistas, entre elas a Convergência Socialista e a corrente Liberdade e Luta, que reivindicavam: liberdades democráticas, liberdade de imprensa, anistia ampla, geral e irrestrita, liberdade de organização e expressão, denúncia às torturas, disputa de candidatos populares em 1978. Destaca também o MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado e a PO – Política Operária, que afirmavam a necessidade de levantar as lutas econômicas contra a exploração para não se evitar a diluição reformista. Reativa o processo de reconstrução da UNE de 1977 a 1979. Retoma ainda a importância, nesse período, da efervescência das grandes mobilizações operárias, do movimento sindical, do movimento de mulheres, pastorais operárias, comunidades eclesiais de base, movimentos populares e imprensa alternativa, além da rearticulação do movimento estudantil (Lacerda).

A emergência da segunda onda feminista recupera a trajetória da luta das mulheres no exílio, que debate as relações desiguais de gênero, a crítica a setores da esquerda que viam nessa luta um desvio da luta de classes, bem como a perspectiva classista da luta feminista. No Brasil muitas feministas na luta contra a ditadura foram presas, torturadas, assassinadas e desaparecidas, desvelando as violências físicas e psicológicas por elas sofridas nos porões da ditadura. O artigo se detém nos congressos das operárias metalúrgicas e químicas e da mulher paulista, explicitando as suas reivindicações. Desse processo destacam-se as lutas por salário igual para trabalho igual, contra a repressão e demissões de mulheres pelos patrões, contra o controle da natalidade, contra a violência sexista e doméstica, por direitos sexuais e reprodutivos, por serviços que socializem o trabalho doméstico. O artigo apresenta as divergências políticas no interior do movimento feminista em relação à questão do aborto e do lesbianismo, que não são aceitas por alguns setores ligados à Igreja e à esquerda estalinista. A segunda onda do feminismo é a que amplia o debate com as mulheres trabalhadoras e a perspectiva classista se orienta para a superação da ordem destrutiva do capital e da opressão racista, homofóbica e patriarcal (Ribeiro).

“Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão” trata do debate, em plena ditadura militar, de 1968 a 1973, da organização de gays, lésbicas, travestis, feministas e bissexuais contra a ordem conservadora, machista e homofóbica, e do início de um movimento homossexual politizado. Grupos musicais como Secos & Molhados e Dzi Croquettes, por meio da inversão de papéis, expressam a liberdade sexual e, no Tropicalismo, a presença da figura “unissex” é utilizada para identificar homens e mulheres. A imprensa alternativa, da contracultura e *underground*, se expressa como referência na luta contra a ditadura e pelos direitos das mulheres, dos negros, dos índios e dos homossexuais. Muitos homossexuais que se organizaram em grupos e partidos de esquerda, de orientação estalinista, também sofreram preconceito por não serem aceitos em sua orientação sexual. Os ensinamentos judaico-cristãos e o machismo de um setor da esquerda condenam a homossexualidade “como pecaminosa e imoral frente a um discurso hegemônico heteronormativo preconceituoso e discriminatório” (Veronezi). O primeiro grupo de homossexuais foi o Somos, e a partir daí vários grupos se formam; o jornal *Lampião* é perseguido pela ditadura que somente cessa mediante a pressão de artistas, sindicatos, imprensa e intelectuais. Os debates e a organização em torno da homossexualidade ocorrem estimulados pelas mobilizações estudantis e feministas na luta contra a ditadura.

Finalizando, é apresentado um artigo que trata da Documentação Memória e Ditadura: testemunhos da resistência no Centro de Documentação e Informação Científica – Cedec, da PUC-SP, que reafirma a importância das Comissões da Verdade, em torno de 40 em todo o mundo, e dos centros de documentação e, em particular, a recuperação histórica do Cedec. Este foi constituído em 1980, porém somente a partir de 2005 é criada a Rede Nacional de Cooperação e Informações Artísticas Memórias e Rebeldias, compreendendo mais de 60 entidades articuladas, entre elas o Cedec e outros centros de documentação de outras universidades. O Cedec possui um amplo acervo de documentação, que consta de: Comitê de defesa dos direitos humanos para os países do Cone Sul, Grupo Solidário São Domingos, militantes ligados aos dominicanos na década de 1980; material da Teologia da Libertação, parcerias com MST, CPT, CJP, CPC da UNE, CEB e pastorais, MEB e escolas radiofônicas; o ensino vocacional do Estado de São Paulo; pequenas coleções das organizações de esquerda, ALN e AP entre outras; JUC, Coleção Paulo Freire, vídeos, hemeroteca com jornais como *O Pasquim*, *Opinião*, *Em Tempo*, *Movimento*, *Brasil Mulher*, *Lampião de Esquina...* O artigo reafirma a relevância da Comissão da Verdade da PUC-SP, que recupera as lutas de resistência: movimento estudantil e da anistia, SBPC, acolhimento de professores cassados e exilados no avanço da “cultura do ‘Nunca Mais’ em nosso país” (Cruz).

Certamente este número da Revista *PUCviva*, nos 50 anos da ditadura militar no Brasil, possibilitará um amplo debate e se constitui em mais um instrumento na luta pela memória e verdade no país, com a consequente punição aos assassinos da ditadura militar que ceifaram a vida, torturaram, prenderam e massacraram centenas de militantes que lutaram contra a ditadura e em defesa da liberdade e da igualdade na direção de uma sociedade anti-imperialista, anticapitalista, socialista, emancipada.

Uma excelente leitura a todos e um ótimo combate!

Professora Maria Beatriz (Bia) Abramides  
Editora-Geral da Revista *PUCviva*



**Associação dos Professores  
da PUC-SP – APROPUC**

**Diretoria**

Presidente

**Victoria Claire Weischardt**

Vice-presidente

**Maria Beatriz Costa Abramides**

1ª Secretária

**Priscilla Cornalbas**

2ª Secretário

**Leonardo Massud**

1º Tesoureiro

**João Batista Teixeira**

2º Tesoureiro

**Wagner Wuo**

Suplentes

**Carla Andrea Tieppo**

**Sandra Gagliardi Sanchez**

**Áquilas Nogueira Mendes**

**PUC<sup>Viva</sup>**

Conselho Editorial

**Leonardo Massud**

**Maria Beatriz Costa Abramides**

**Priscilla Cornalbas**

**Sandra Gagliardi Sanches**

Editoria-Geral

**Maria Beatriz Costa Abramides**

**Priscilla Cornalbas**

Editor Executivo

**Ricardo Melani (MTPS nº 26.740)**

Preparação e revisão

**Véra Regina Maselli**

Projeto Gráfico

**Ricardo Melani**

Editoração eletrônica

**Mauro Teles - LIVRE DESIGN STUDIO**

Fotos (miolo e capa): divulgação

Impressão - Rettec Arte Gráfica

Tiragem: 1.000 exemplares

## Normas de publicação

A revista *PUCviva* é uma publicação semestral da Associação dos Professores da PUC-SP – APROPUC.

A revista trata de temas da atualidade nacional e internacional, com a publicação de artigos informativos, acadêmicos e científicos.

A revista visa principalmente a divulgar as diferentes posições críticas e promover o debate sobre os temas abordados.

Os temas são indicados pela diretoria da APROPUC e todos os artigos são submetidos à aprovação do Conselho Editorial.

Os artigos devem ter no máximo 20 mil caracteres, salvo nos casos de veiculação de documentos históricos. O Conselho Editorial poderá recusar a publicação de artigos que não atendam a especificação definida e os objetivos da revista.

Os artigos devem ser entregues nos prazos estabelecidos para cada edição, preferencialmente em versão eletrônica, com título, subtítulos, intertítulos e créditos.

A entrega de artigos para a revista pressupõe a cessão de direitos autorais para esta publicação.

Todas as propostas de artigos devem ser encaminhadas para a APROPUC, aos cuidados do Editor-Geral da revista.

**APROPUC**

Associação dos Professores da PUC-SP

Rua Bartira, 407 – Perdizes

CEP 05.009-000 - São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-2685 - [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br)

